



MINISTRY OF WATER,
SANITATION AND IRRIGATION



African Population and
Health Research Center



Nota de Síntese

Uma Nota de Síntese: traçar o percurso do Desenvolvimento da Política Nacional de Gestão de Saneamento - Quénia

Introdução

Esta nota de síntese resume o processo de desenvolvimento da Política Nacional de Gestão de Saneamento (PNGS) no Quénia. Fornece um breve historial de como o processo se desenrolou, descreve as janelas políticas que estavam presentes na altura do desenvolvimento da política, e avalia como um grupo de intervenientes do sector liderado pelo governo Queniano trabalhou em conjunto para desenvolver a PNGS. São extraídas lições sobre o que os processos políticos futuros poderiam emprestar - dado que o Quénia é o primeiro país Africano a desenvolver uma Política Nacional de Gestão de Saneamento baseada nas Directrizes da Política de Saneamento Africana desenvolvidas pelo Conselho Africano de Ministros da Água (CAMA).

Antecedentes

A Política Nacional de Gestão de Saneamento tem as suas origens na reorganização de funções entre o Ministério da Saúde (MISAU) e o Ministério da Água, Saneamento e Rega (MASR) quando o Presidente do Quénia atribuiu a função de gestão de saneamento ao MASR. Anteriormente, esta função tinha sido domiciliada dentro do Ministério da Saúde. As origens do PNGS são igualmente rastreáveis a uma Ordem Executiva emitida pelo Presidente sobre saneamento e à subsequente criação do Departamento de Saneamento dentro do MASR para liderar a gestão do saneamento. Estas acções executivas coincidiram com o desejo de actualizar os compromissos nacionais e internacionais, desencadeando assim o processo de formulação de políticas a ser iniciado e concluído.

A nível internacional, o Quénia comprometeu-se a atingir as metas dos ODS. O ODS 6.2, em particular, exige que todos os países signatários garantam a consecução (até 2030) do acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos e acabem com a defecação aberta, prestando especial atenção às necessidades das mulheres e raparigas e das que se encontram em situações vulneráveis. A nível continental, o Conselho Africano de Ministros da Água (CAMA) desenvolveu directrizes para ajudar os países Africanos a desenvolverem as suas políticas de saneamento. O Quénia é o primeiro país Africano a adoptar as Directrizes na preparação da sua política nacional de gestão do saneamento. A nível nacional, a Constituição do Quénia reconhece o saneamento como um direito garantido. Outra janela política foi a assinatura de um comunicado na Conferência sobre Saneamento do Quénia em 2019. Entre as resoluções emitidas, contavam-se a criação de um departamento de saneamento no MASR e a necessidade de desenvolver um quadro político nacional de saneamento.

O processo

Em Setembro de 2019, o MASR constituiu um comité directivo composto pelo Ministério de tutela (Água); Ministério da Saúde; Ministério dos Transportes, Habitação (departamento de terras, planeamento físico), Autoridade Nacional de Gestão Ambiental (ANGA/NEMA), Conselho Regulador dos Serviços de Água (CRSA/WASREB), e sociedade civil (KEWASNET). O comité encomendou um estudo para rever as políticas, leis, mecanismos reguladores e quadros institucionais existentes. O resultado do estudo foi apresentado ao comité, e foi desenvolvido um documento de discussão para ser utilizado em consultas com as partes interessadas nos diferentes países. Além disso, o comité mapeou todas as principais partes interessadas no sector de saneamento. Os identificados incluíam ministérios, departamentos e agências do governo nacional; governos distritais; sociedade civil; sector privado e academia.

O comité dividiu os 47 distritos em agrupamentos regionais, e as organizações da sociedade civil das respectivas regiões foram envolvidas para mobilizar e facilitar o envolvimento das partes interessadas. O documento de discussão foi utilizado como um guia para as consultas iniciais em todo o país, bem como para a validação das opiniões consolidadas. Uma reunião final de validação nacional foi então realizada em Nairobi. Subsequentemente, o projecto de política passou por uma revisão interna e aprovação pelo MASR. O processo foi concluído em Dezembro de 2021, na pendência da assinatura final do documento pelo Ministro do MASR.

Lições do desenvolvimento da Política Nacional de Gestão do Saneamento

01

Propriedade e liderança por parte do governo é fundamental

O desenvolvimento do PNGS gozou de autêntica propriedade e apoio do MASR, juntamente com o apoio de outras agências governamentais, nomeadamente o Ministério da Saúde. O processo foi propriedade do governo e conduzido por funcionários-chave do MASR. Houve coerência interna sobre a necessidade da política, combinada com a unidade de propósito em ter a política formulada dentro do tempo estipulado. Os principais funcionários do MASR tornaram-se portadores de visão e liderados pela frente no apoio de reuniões dentro e fora do governo para a formulação da política. Por sua vez, esta tornou-se uma das características mais distintivas do processo.



02

Apoio interno e liderança

A mudança de política requer o apoio de iniciados dispostos a investir esforços na condução da mudança. Os principais informadores consultados para este relatório identificaram vários funcionários de alto nível do ministério que se tornaram portadores de visão para o PNGS. O seu apoio e empenho foram fundamentais para a tecelagem através de processos institucionais interministeriais e para a gestão de políticas organizacionais. O seu conhecimento dos processos governamentais e a sua integração neles permitiram também ultrapassar quaisquer obstáculos burocráticos que teriam atrasado ou descarrilado o progresso no sentido de completar o processo de formulação de políticas a tempo.



03

Alavancagem nas redes institucionais dos intervenientes do sector

A Constituição do Quénia exige a participação pública e o envolvimento dos cidadãos em todos os processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Em apoio disto, a sociedade civil mobilizou e confiou nas suas extensas redes no sector da água e saneamento para mobilizar os principais círculos eleitorais e facilitar a participação pública em todo o país. O processo de desenvolvimento do PGNS beneficiou destas redes e alavancou-as para satisfazer o requisito de participação pública, obtendo o processo de formulação de políticas um amplo apoio dos principais actores do sector.



04

É imperativo um mecanismo estruturado e uma abordagem à participação do público

Desenvolvemos uma abordagem às consultas das partes interessadas e directrizes de envolvimento que foram úteis na definição dos quadros e abordagem estruturada para processar o feedback da formulação do PGNS. Isto tornou possível lidar com opiniões e perspectivas divergentes sobre vários aspectos políticos.



05

Calendarização e capitalização das janelas políticas

O processo de desenvolvimento do PNGS beneficiou da confluência de várias janelas políticas. Estas incluíram a criação de um novo departamento dentro do MASR, a necessidade de um quadro político para operacionalizar o departamento recentemente criado, o apoio e empenho de um quadro de pessoal sénior dentro do MASR, e a Ordem Executiva sobre Saneamento. Estes eventos estavam então ligados a compromissos continentais e internacionais que o Quénia tinha assumido em matéria de saneamento.



06

Construir e sustentar o apoio inicial à mudança política através de mecanismos de envolvimento público abertos e transparentes

Houve um amplo apoio à necessidade de formulação de políticas, parcialmente corroborado pelas deficiências e lacunas nos quadros políticos existentes em matéria de saneamento. O interesse inicial construído com os principais círculos eleitorais foi sustentado através de compromissos, primeiro na obtenção de contributos para o documento de discussão e em reuniões de validação subsequentes em todo o país. Vale a pena notar que a política foi formulada no meio da pandemia da COVID-19 com interações físicas mínimas em conformidade com os protocolos de segurança da saúde pública. A lição aqui é que os processos políticos que mantêm os principais círculos eleitorais envolvidos têm uma boa hipótese de aumentar a sua legitimidade aos olhos do público.



07

Apoio técnico e financeiro

A APHRC trabalhou em estreita colaboração com o governo, comité directivo e outros parceiros em todo o país, prestando apoio técnico e financeiro para tornar a política uma realidade. Isto contribuiu em muito para assegurar que o processo fosse bem coordenado, dotado de recursos e documentado.



MINISTRY OF WATER,
SANITATION AND IRRIGATION



African Population and
Health Research Center